

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 9/2017

---- **PRESIDÊNCIA:** Leonor Pais -----

---- **1.ª SECRETÁRIO/A:** Cristina Matos -----

---- **2.ª SECRETÁRIO/A:** António Ferreira -----

---- Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, no Auditório dos Paços do Concelho, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mangualde, que havia sido convocada nos termos legais e regimentais no passado dia doze de dezembro.---

---- Sendo vinte e uma horas e dez minutos foi feita a chamada, verificando-se as ausências dos seguintes membros municipais, senhores: João Tiago Henriques, Joaquim Teófilo Loureiro e Rui Filipe Coelho, presidente da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato. -----

---- Justificou a falta o senhor: Joaquim Teófilo Loureiro -----

---- De acordo com o artigo 29º, n.º 2, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foram justificadas as faltas dos senhores Rui Coelho, presidente da Junta da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, e Justino Fernandes, à sessão extraordinária desta Assembleia Municipal do dia seis dezembro de 2017. -----

---- Estiveram presentes os senhores: presidente da Câmara Municipal, João Azevedo, vice-presidente da Câmara Municipal, Elísio Oliveira e os vereadores Sara Costa e Joaquim Lúcio Messias. -----

---- Procedeu-se à votação da ata da sessão ordinária, primeira de instalação, de catorze de outubro de 2017, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

---- Nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, do Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros que não estiveram presentes na reunião mencionada, de referir os senhores: Ricardo Ângelo, Justino Fernandes, do P.S., e Filipe Pinto, do P.S.D. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Procedeu-se à votação da ata da sessão extraordinária, de oito de novembro de 2017, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

---- Nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, do Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros que não estiveram presentes na reunião mencionada, de referir os senhores: Justino Fernandes, Nelson Almeida, presidente da Junta de Freguesia de Alcaface, do P.S., e Filipe Pinto do P.S.D. -----

---- Procedeu-se à votação da ata da sessão extraordinária, de seis de dezembro de 2017, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

---- Nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, do Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros que não estiveram presentes na reunião mencionada, de referir o senhor: Justino Fernandes, do P.S. -----

-----**ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA:** -----

---- A senhora *presidente da Assembleia Municipal* leu a correspondência recebida, ficando à disposição dos membros da Assembleia. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- A senhora presidente da Assembleia Municipal *Leonor Pais*, por solicitação do senhor Fernando Campos, da C.D.U., fez a leitura da seguinte moção sobre os incêndios florestais de outubro último, considerando que: "1. *Os fogos florestais trouxeram de novo, neste verão de 2017, a tragédia ao país, com mais de 400 mil hectares arditos, o que faz deste o pior ano de sempre, de que resultaram mais de uma centena de vidas perdidas, centenas de casas afetadas e milhares de explorações agrícolas, atividades económicas e empregos atingidos.*

----- 2. *A dimensão trágica e brutal dos incêndios florestais é, consequência de décadas de políticas erradas, no mundo rural, na agricultura, na floresta, no abandono do interior; na liquidação de milhares de explorações agroflorestais; na desenfreada expansão do eucalipto; no desordenamento florestal e na falta de cumprimento mínimo da Lei de Bases da Política Florestal, da Estratégia Nacional das Florestas e do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios; do encerramento e degradação de serviços públicos, entre*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os quais os do Ministério da Agricultura virados para a floresta; das políticas de restrições orçamentais sujeitas ao Pacto de Estabilidade e Crescimento e à União Europeia! -----

-----3. A Assembleia da República aprovou uma Lei que estabelece “um conjunto de medidas urgentes de apoio às vítimas, dos incêndios florestais e de reforço da prevenção e combate aos incêndios”, mas a descoordenação no terreno pode deixar muitos atingidos sem apoios, também pela falta de meios para as implementar. -----

-----A Assembleia Municipal de Mangualde, reunida no dia 20 de dezembro de 2017, decide: -----

-----1. Manifestar a todas as populações atingidas e, em particular às vítimas e seus familiares, o seu pesar e a sua mais profunda solidariedade. -----

-----2. Transmitir o mais profundo reconhecimento a todos os que, em todas as áreas da proteção civil, designadamente aos bombeiros e às forças de segurança, intervieram e intervêm para minimizar danos e prejuízos. -----

-----3. Afirmar que este é ainda o tempo de cuidar das vítimas, em particular assegurando habitação a quem perdeu a sua, de reestabelecer comunicações, de recuperar potencial económico perdido, de repor infraestruturas destruídas ou desativadas e equipamentos públicos atingidos em consequência dos incêndios. -----

-----4. Manifestar a sua preocupação pela confusão instalada no terreno quanto à informação sobre os apoios existente para as vítimas, a descoordenação das entidades na sua atribuição e instar o Governo a uniformizar os apoios nas várias regiões atingidas. ----

-----5. Reclamar do Governo os apoios necessários para os Bombeiros Voluntários fazerem face às múltiplas responsabilidades que lhes estão cometidas no combate aos incêndios.-----

-----6. Exigir a reposição dos serviços públicos retirados nas regiões do interior do país e do mundo rural, o reforço das estruturas do Estado, designadamente do Ministério da Agricultura para responder às necessidades de intervenção. -----

-----7. Manifestar o respeito pela pequena e média agricultura e produção florestal e pecuária, como elementos essenciais à ocupação do território, e reclamar os apoios necessários ao seu desenvolvimento. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----8. *Sublinhar a importância de uma outra política florestal que assegure um ordenamento que ponha fim às manchas contínuas de monocultura e garanta o rendimento necessário aos produtores que permitam a gestão ativa da floresta.*-----

-----O senhor *Filipe Pais* disse que a bancada do P.S. se solidarizava com estas recomendações e embora não se revissem nalgumas situações do preâmbulo votariam a favor.-----

-----Tomou a palavra *Catarina Lourenço* para dizer que o grupo do P.S.D. também iria votar favoravelmente esta moção, apesar de não concordarem com algumas das questões que foram colocadas, inclusivamente, algumas questões eram competência do governo, mas no geral, e por estarem solidários com tudo o que ocorreu, votariam favoravelmente esta proposta.-----

-----Posta esta moção a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

-----O senhor *Fernando Beja* interveio para registar de bom grado as obras de requalificação que têm ocorrido no Bairro da Lavoeira e na Mesquitela, mais propriamente, na Rua e no Largo do Bacelo, e na Rua Principal do Arcolino; a ligação do corredor viário que ligava Almeidinha ao perímetro urbano, destacando a requalificação urbana e a pavimentação no Bairro do Modorno. Relativamente à Feira do Santos, parabenizou o executivo pela organização e pela consolidação da marca, que ganha cada vez mais prestígio, fazendo inclusive, parte do roteiro turístico de outono. Quanto às Festas de Natal, registava ainda com satisfação a dinâmica demonstrada quer para a população quer para o comércio local.-----

-----O senhor presidente da Junta de Freguesia de Espinho, *António Monteiro*, manifestou o seu agradecimento público a todos aqueles que no dia 15 de outubro enfrentaram com coragem e heroísmo um incêndio como não havia memória. Devia-se o reconhecimento público às populações, aos bombeiros voluntários de Mangualde, à proteção civil, à Câmara Municipal de Mangualde, e muito especialmente aos kits das juntas de freguesia de Espinho, União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, Alcafache, União de Freguesias de Tavares, São João da Fresta, e GIOPS (Grupo de Intervenção em Operações de Proteção e Socorro).-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O pulmão do baixo concelho ardeu e com ele a esperança de muitos que sabiam que já não terão vida para ver as árvores crescer novamente e dar fruto. Enquanto presidente da junta de freguesia em sofrimento, não podia a sua consciência deixá-lo tranquilo quanto ao presente e futuro da sua comunidade, mas queria assegurar que, com a colaboração da Câmara Municipal de Mangualde, estavam a trabalhar no sentido de dar às pessoas apoios e meios para que possam retomar as suas atividades.-----

-----Já foram entregues fardos de palha e rações para os pastores e criadores de gado da freguesia, foi feito um levantamento porta a porta dos prejuízos patrimoniais e agrícolas causados pelo incêndio, foi feito aconselhamento às populações para que soubessem como proceder junto dos respetivos serviços camarários, foram disponibilizados os serviços de uma psicóloga da autarquia para dar apoio a quem necessitasse, reflorestar a freguesia.-----

-----Neste momento, a prioridade continua a ser a de auxiliar as pessoas mais desamparadas social e economicamente, com ajudas específicas. A prioridade tem sido amparar as pessoas e dar-lhes a ajuda mais imediata para suprimirem as necessidades mais básicas.-----

-----Desde o incêndio trágico já tinha visitado cada pessoa da sua freguesia, tinha sentido desalento e aflição, ouviu lamentos e pedidos desesperados de ajuda, agiu em conformidade e tentou passar uma palavra de esperança. Tinha se comprometido a não desistir e a responder às necessidades mais prementes, estava e continuava atento, estava e continuava empenhado em fazer renascer a floresta, e assim a esperança no futuro.-----

-----O senhor presidente da União de Freguesias de Tavares, *Alexandre Constantino*, agradeceu as palavras do senhor António Monteiro e disse que, em nome de todos os presidentes de junta de freguesia, que estariam sempre solidários, porque aquilo que o tinha afetado também tinha passado pelas suas freguesias, com intervenções e tempos diferentes.

-----Este ano foi um ano muito difícil, que marcou uma mudança que se esperava que fosse também uma mudança de mentalidades, mas especialmente houve uma mudança de alterações climáticas, que ia alterar toda a nossa forma de estar e de atuar, quer em termos de sociedade quer em termos de governo central, autarquias, e até individualmente. Este ano foram sentidas duas situações muito difíceis no concelho, os incêndios e a seca. Foi feito um esforço enorme pela autarquia e temia que as pessoas não tivessem dado conta desse esforço.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A verdade era que a água não faltou, a autarquia montou uma operação que teve a capacidade de evitar que nas nossas casas não sentíssemos a falta de água. Era importante que esta Assembleia Municipal, os presidentes de junta de freguesias e os restantes membros, comunicassem às populações que o problema ainda não estava resolvido, e que a escassez da água era um problema que nos iria afetar no futuro, pois era um problema real, e que se deveriam educar as populações para a poupança da água. A fatura da água não era representativa do seu custo real para o cidadão, e num futuro próximo, provavelmente, terá que haver um acerto real para que as pessoas comecem a sentir os custos da água.-----

-----O senhor *Miguel Sousa* questionou sobre o que estava previsto para aumentar ou reforçar o armazenamento da água do concelho de Mangualde, pois grande parte da água que era consumida era proveniente da Barragem de Fagilde, mas existiam outros reservatórios, pelo que gostaria de saber o que estava previsto para resolver o assoreamento da dita Barragem e aumentar a sua capacidade, para que a longo prazo não haja problemas, nem seja necessário fazer um grande investimento para abastecer a Barragem de Fagilde e não faltar a água nas habitações.-----

-----O senhor presidente da Câmara Municipal, *João Azevedo*, disse ter ficado lisonjeado com as intervenções dos senhores presidentes de junta de freguesia de Espinho e União de Freguesias de Tavares, e Fernando Beja, membro da Assembleia Municipal de Mangualde. Em resposta à questão do senhor Miguel Sousa, dizia que o país estava em situação de seca extrema, no entanto ainda havia reservas de água nalgumas regiões, que conseguiam resolver o abastecimento em geral. Havia outras zonas no país onde essas reservas não eram adequadas ao número de pessoas do território, estes quatro municípios, desta região, tinham a situação mais difícil do país.-----

-----Os serviços da Câmara Municipal de Mangualde tiveram um papel decisivo para que não fosse sentida a falta de água, não podia deixar de falar nos Bombeiros Voluntários de Mangualde e outras corporações deste país, que de uma forma solidária, tiveram um papel de entrega junta das nossas populações. Não podia também deixar de referir a solidariedade que o governo, nas pessoas dos senhores Ministros do Ambiente e da Administração Interna, tiveram na decisão de resolver já um problema no imediato. Também as Águas de Portugal,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na pessoa do Eng.º Eduardo Gomes, tiveram sempre uma equipa disponível nesta região para que fosse feito o diagnóstico diário da situação.-----

-----A curto prazo, os quatro municípios estavam a desenvolver projetos de aumento da reserva de água na Barragem de Fagilde, colocando a possibilidade de, já no início do ano de 2018, se preparem infraestruturas para que a Barragem tenha mais um milhão de metros cúbicos de água. A questão do desassoreamento era uma questão que estava na esfera do ambiente, nos estudos de impacte ambiental. Esta situação tinha que ser revista pelo Estado, e esta obra tinha que ser financiada pelo POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), porque os municípios não tinham condições para fazerem esta intervenção. No meio destes planos, defendia aquele que fosse mais qualificado para colocar mais água na Barragem e o mais barato para o país. -----

-----Havia ainda a possibilidade de outras captações de água, e o município de Mangualde estava preparado para, não só em termos financeiros, mas também em termos técnicos, responder a estas situações.-----

-----*Ponto Primeiro da Ordem do Dia* “**Apreciação da Informação Escrita sobre a atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo**”-----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----*Ponto Segundo da Ordem do Dia* “**Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxas a aplicar em 2018**” - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal.-----

-----O senhor *Filipe Pinto* propôs, em nome da bancada do P.S.D., a alteração da presente proposta da Câmara Municipal para a cobrança do IMI em 2018, com a introdução de uma nova medida a vigorar no mesmo ano, ou seja, a redução em 20% da taxa a aplicar ao imóvel de habitação própria e permanente do sujeito passivo com idade até aos trinta e cinco anos. Os fundamentos para esta proposta tinham o intuito de fixar e atrair população jovem para o nosso concelho. Com a proposta de redução de 0,025% para 2018, poder-se-ia verificar que a taxa de IMI era uma das maiores do distrito de Viseu, com 0,375%. A atração de jovens era benéfica para o concelho, pois atrairia mão de obra nova e seria uma medida de prevenção para a desertificação muito assente nos dias de hoje. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mangualde registou no presente ano uma diminuição de eleitores face a 2013, o que nos levava a pensar que algo estava mal planeado no que dizia respeito a cativar população a residir em Mangualde. Quanto aos valores previstos em orçamento para 2018, havia um aumento de 400000,00€ (quatrocentos mil euros) de receita, e por comparação com o previsto no orçamento para 2017, havia um aumento de receita prevista de 20108939,00€ (dois milhões cento e oito mil novecentos e trinta e nove mil euros). Pelo exposto, a proposta do P.S.D era uma proposta fiável pois a subida da receita, fazia face a esta diminuição na redução de 20% da taxa de IMI para a população mais jovem. -----

-----A *senhora presidente* explicou que, na qualidade de órgão deliberativo, a Assembleia Municipal apreciava as decisões tomadas no órgão executivo e que, por isso, não se podiam apreciar propostas de alteração ao que era emanado da Câmara Municipal. -----

-----A *senhora Sara de Sousa* fez o enquadramento do Imposto Municipal sobre Imóveis-IMI no Sistema Fiscal português, tendo este a sua base na Constituição da República Portuguesa (artigo 103º) e que tem o intuito da satisfação das necessidades financeiras do Estado e de outras entidades públicas, como é o caso desta autarquia. Visa a satisfação das suas necessidades financeiras e a repartição dos rendimentos com vista ao desenvolvimento económico e à justiça social. Neste contexto, fez a relação entre as políticas fiscais e as políticas sociais numa referência a algumas notas positivas sobre as medidas que foram tomadas por este executivo, conforme a ata da reunião da Câmara de dezoito de outubro do corrente ano. Assim, referiu a descida da taxa para 0,375%, para prédios urbanos; o incentivo ao arrendamento de habitações, através da redução de 20% da taxa de IMI, a aplicar aos prédios urbanos arrendados para habitação; a majoração de 30% da taxa de IMI, aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, traduzindo-se numa ação positiva sobre o ambiente e um apoio às famílias pela adesão ao IMI Familiar. -----

-----O senhor *Miguel Sousa* retorquiu que a bancada do P.S.D. fez uma recomendação e não uma proposta, e que esta era considerada positiva, ou seja, qualquer redução que houvesse era positiva. Sabia que em Viseu a taxa de IMI era 0,01% a menos que em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mangualde, pelo que propunha que no próximo ano fosse pensado o valor 0,05% a menos para Mangualde, o que seria um valor aceitável. -----

-----Interveio a senhora *Sara Sousa* que esclareceu que no concelho havia a taxa máxima de 0,4% e que agora com esta diminuição nos estávamos a aproximar do mínimo.-----

-----A senhora *Catarina Lourenço* referiu que o que o seu colega de bancada, Filipe Pinto, quis dizer foi que, embora a Câmara Municipal tenha reduzido a taxa de IMI iria continuar a ter uma receita positiva relativamente ao IMI cobrado em Mangualde, houve um aumento de cerca de 2000000,00€ (dois milhões de euros) relativamente a 2010, pelo que seria aceitável que o IMI reduzisse 0,05% e não o que agora estava a ser proposto pelo executivo. Outros concelhos vizinhos tinham esta taxa mais baixa, e não compreendia como era que este executivo apresentava uma taxa irrisória 0,025% quanto ia continuar a ter um IMI tão elevado, e quando havia receita de IMI que permitia baixar esta receita para 0,05% e não para 0,025% como era proposto.-----

-----A senhora *Sara Sousa* disse que todos gostariam de ver a taxa de IMI no mínimo, mas ainda havia uma dívida de 7000000,00€ (sete milhões de euros) para pagar, e que certamente seria um dos objetivos deste executivo.-----

-----A senhora *Catarina Lourenço* lembrou que não sugeriu que a taxa de IMI fosse para o mínimo, mas que fosse diminuída em 0,05% e não em 0.025% conforme era proposto.-----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com os votos contra do P.S.D. e da C.D.U., as taxas de IMI de 0,8% para os prédios rústicos e 0,375% para os prédios urbanos, com as demais atualizações e especificações decorrentes da Lei e constantes da deliberação da Câmara Municipal de Mangualde, de 18/10/2017.-----

-----*Ponto Terceiro da Ordem do Dia “Derrama para o Ano de 2018”* - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com os votos contra do P.S.D. e da C.D.U., o lançamento de derrama à taxa de 1% sobre o lucro tributável gerado em 2017.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----*Ponto Quarto da Ordem do Dia “Participação no IRS em 2018”* – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal. -----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com o voto contra da C.D.U. e a abstenção do P.S.D., aplicar uma participação de 4% no IRS.-----

-----*Ponto Quinto da Ordem do Dia “Taxa Municipal do Direito de Passagem – Percentual a aplicar em 2018”* – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal.-----

-----O senhor *Miguel Sousa* questionou se existia algum cadastro de quantidade de infraestruturas instaladas no concelho, pois existiam quilómetros de cabos que passavam no concelho de Mangualde, subterrâneos e aéreos, fibra, etc.. Se não existir um cadastro atualizado da Câmara Municipal poder-se-ia perder dinheiro, era preciso cobrar às operadoras, e sugeria a colaboração com as Universidades, onde havia jovens a estudar em mestrado que faziam estes trabalhos de levantamento de infraestruturas, e se estava tudo a ser cobrado e pago ou não.-----

-----O senhor presidente da Câmara Municipal, *João Azevedo*, respondeu que esta era uma questão pertinente, e que todas as intervenções de infraestruturas eram reportadas ao município, atualmente. O cadastro da REFER, tinha de facto de ser reavaliado, pelo que concordava com a sugestão do senhor Miguel Sousa, e solicitava aos serviços uma avaliação.

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com o voto contra da C.D.U. e a abstenção do P.S.D., aplicar a taxa municipal de 0,25%. -----

-----*Ponto Sexto da Ordem do Dia “Informação interna n.º 1723/2017 do serviço de execuções fiscais, para correção da informação interna n.º 1380/2017, de 20 de setembro, referente à declaração de prescrição de processos de execução fiscal dos meses de julho a dezembro de 2016”* – Votação da Retificação de deliberação de acordo com proposta da Câmara Municipal. -----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção da C.D.U., retificar a deliberação de acordo com proposta da Câmara Municipal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----*Ponto Sétimo da Ordem do Dia* **“Quarta Revisão às Grandes Opções do Plano para o ano de 2017/Plano Plurianual de Investimentos”** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal.-----

-----A senhora *Leonor Pais* propôs que os pontos sétimo e oitavo fossem apreciados em conjunto e votados separadamente, o que foi aprovado por unanimidade. -----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com as abstenções do P.S.D. e da C.D.U.-----

-----*Ponto Oitavo da Ordem do Dia* **“Quarta Revisão ao Orçamento para o ano de 2017”** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal.-----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com as abstenções do P.S.D. e da C.D.U.-----

-----*Ponto Nono da Ordem do Dia* **“Autorização prévia da Assembleia Municipal de Mangualde para Assunção de Compromissos no ano de 2018, nos termos da al. c), n.º 1, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21/2”** - Aprovação e Votação da proposta apresentada pelo presidente da Câmara Municipal.-----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção do P.S.D.-----

-----*Ponto Décimo da Ordem do Dia* **“Proposta das Grandes Opções do Plano para o ano de 2018, que incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais Relevantes (PPI)”** - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal.-----

-----A *presidente da Assembleia Municipal* propôs que os pontos décimo e décimo-primeiro fossem apreciados em conjunto e votados separadamente, o que foi aprovado por unanimidade.-----

-----O senhor *Jaime Pinto* disse que a estratégia traçada nestes últimos anos, por este executivo, assentava no equilíbrio de sustentabilidade financeira, não descurando os investimentos e a melhoria de vida dos munícipes. O orçamento de 2018 não fugia à estratégia definida com enfoque no investimento de cerca de 53%, tendo em conta o quadro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunitário “Portugal 2020”. Não iria ser tarefa fácil para o executivo, conciliar investimentos, sustentabilidade financeira e controlo de despesa, pois só com muita eficiência e eficácia na sua execução é que seria possível. O orçamento de 2018, tal como os anteriores, eram de base zero, tendo em conta o seu valor de 22242160,00€ (vinte e dois milhões duzentos e quarenta e dois mil cento e sessenta euros), direcionado para um controlo de despesa, redução da dívida herdada e o equilíbrio financeiro do município. -----

-----Em seu nome pessoal e em nome da bancada do P.S. congratulou-se com a elaboração deste orçamento e para isso destacava alguns factos mais relevantes: a diminuição da taxa de IMI, de forma a aliviar os munícipes, não pondo em causa o equilíbrio financeiro, devendo-se este facto, essencialmente, ao rigor financeiro e à estratégia definida. Neste ponto realçava que o P.S.D. fazia proposta para baixar o IMI, mas votavam contra esta redução. O aumento de cerca de 140% de transferências para as juntas de freguesia, no valor de 570019,00€ (quinhentos e setenta mil e dezanove euros), acrescido de 40000,00€ (quarenta mil euros) de apoio às unidades locais de proteção civil, e que também aqui era de realçar o esforço que a autarquia ia fazer porque era uma aspiração que os presidentes de junta de freguesia há muito reclamavam, mas que ainda não tinha sido possível porque a herança que deixaram nesta Câmara Municipal não o permitiu mais cedo. -----

-----Tendo em conta que a amortização da dívida era um fator essencial para o equilíbrio das contas do município, este orçamento previa a redução de 1131515,00€ (um milhão cento e trinta e um mil quinhentos e quinze mil euros), contrariamente aos que antecederam este executivo que só tinham um objetivo, que era o de aumentar a dívida. Desta forma, além de diminuir a dívida, também era possível aliviar os custos de financiamento. -----

-----No que tocava às Grandes Opções do Plano para 2018, no valor de 11848343,00€ (onze milhões oitocentos e quarenta e oito mil trezentos e quarenta e três euros) e que representava cerca de 53% do orçamento global, assentava nos seguintes eixos orientadores: sustentabilidade de recursos, fortalecimento da coesão social e territorial, e consolidação da atratividade e qualidade de vida dos nossos territórios. -----

-----O senhor *Gabriel Sousa* disse pensar que as contas municipais estavam muito bem porque era a primeira vez na história do município que havia cinco vereadores a tempo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

inteiro e a receberem todos os ordenados e todas as benesses que essa situação acarreta, ou seja, devia haver muito trabalho para delegar para justificar os cinco membros de executivo.

-----Tomou a palavra o senhor *Filipe Pais* para dizer que preferia pagar a sete ou oito excelentes vereadores do que a três que coloquem as finanças da Câmara Municipal e o futuro dos jovens deste município à beira do precipício. A democracia tinha custos e a boa democracia era cara, ele preferia pagá-la, pois tinha a certeza que a dívida abatia 1100000,00€ (um milhão e cem mil euros), por ano. -----

-----Interveio o senhor *Serafim Tavares* para dizer não ter entendido haver algumas rubricas dotadas com um euro, e outro valor de cerca de 5000,00€ (cinco mil euros), para a Obra Social Beatriz Pais. Sendo esta instituição privada gostaria de saber o porquê de a Câmara Municipal investir neste caso. -----

-----O senhor *Miguel Sousa* confirmou que a sua bancada, do P.S.D., achar positiva a diminuição da taxa do IMI, o que tinham votado contra era o valor dessa redução. -----

-----Outra situação que realçou foi que todos os Estados todas as empresas tinham dívidas, não importava dizer que tinham reduzido a dívida se ao mesmo tinham aumentado a despesa, ou seja, a redução de dívida era boa, se se aumentar a receita, porque os resultados eram positivos, o que era importante era o resultado líquido. -----

-----A senhora *Catarina Lourenço* disse achar exagerado que ainda se levantassem questões de há doze anos atrás, mas então também seria de bom tom lembrar o porquê da existência da dívida, o porquê do P.S.D. ter andado a pagar tantos anos, enquanto esteve no executivo camarário, porque parte da dívida era do anterior executivo P.S., nomeadamente de fundos que foram pedidos para a construção de um bairro em Mangualde em que os ditos fundos não foram concedidos e tiveram que ser pagos pela autarquia. -----

-----O senhor *Filipe Pais* respondeu que ninguém na bancada do P.S. estava disponível para responder às questões que agora tinham sido levantadas, e quanto às dívidas, estas contraíram-se, e alguém tinha que as pagar, era o que este executivo andava a fazer desde que foi eleito. Pela primeira vez houve laivos de investimento estruturado. Não era possível herdar a dívida tal como era, e pagar num ano o que demorou doze anos a construir e ignorar o facto. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A senhora *Catarina Lourenço* retorquiu dizendo que não ignorava o facto de que existia uma dívida, questionou se os senhores membros queriam que se explicasse como foi que o anterior executivo do P.S.D. também herdou parte da dívida. -----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com os votos contra do P.S.D. e a abstenção da C.D.U. -----

-----*Ponto Décimo-Primeiro da Ordem do Dia “Orçamento da Receita e da Despesa para 2018”* - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal. -----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com os votos contra do P.S.D. e a abstenção da C.D.U. -----

-----*Ponto Décimo-Segundo da Ordem do Dia “Mapa de Pessoal para 2018”* – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal. -----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com as abstenções do P.S.D. e da C.D.U. -----

-----*Ponto Décimo-Terceiro da Ordem do Dia “Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Protocolos de Colaboração com as Juntas de Freguesia do Concelho de Mangualde para 2018”* – Aprovação e Votação da autorização à Câmara Municipal.-----

-----O senhor *Serafim Tavares* disse não entender o porquê da discrepância dos valores a atribuir às várias freguesias, e por isso a bancada do P.S.D. iria abster-se na votação deste ponto. -----

-----O senhor *João Azevedo* respondeu que os critérios estavam descritos na descentralização de competências. -----

-----Não entendia como havia o voto contra no Orçamento e PPI e depois levantava-se a questão de atribuição de verbas às freguesias, que, neste caso, estava interligada com o Orçamento, que era a base de toda a estratégia financeira do município durante um ano. ----

-----Os presidentes de junta de freguesia presentes merecem todo o apreço, solidariedade, e que a Câmara Municipal cumpria os seus objetivos, que depois de estar em melhores

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

condições financeiras, mais que duplicou as transferências para as juntas de freguesias, mais que incrementou verbas para as unidades locais de proteção civil. Era uma medida política de coesão territorial de descentralização daquilo que era a decisão deste executivo e só havia sido possível porque havia condições financeiras para o fazer. -----

-----O senhor *Serafim Tavares* disse entender que as regras fossem por habitante e por freguesia, mas dando o exemplo de Chãs de Tavares, com 99000,00€ (noventa e nove mil euros), e Espinho com 45000,00€ (quarenta e cinco mil euros), e outras freguesias com 25000,00€ (vinte e cinco mil euros), parecia-lhe que os habitantes não fariam assim tanta diferença para o valor que estava atribuído. -----

-----Quanto ao Orçamento e à sua bancada votar contra o mesmo, devia-se ao facto de não entenderem o porquê de tantas discrepâncias em tantas rubricas. -----

-----O senhor *Miguel Sousa* disse que a bancada do P.S.D. pensava ser positiva a delegação de competências para as juntas de freguesias e questionava se existia algum tipo de auditoria aos gastos ou gestão de recursos, e se no Orçamento do próximo ano essas mesmas auditorias iriam ser levadas em conta para haver mais ou menos delegação de competências, pois estava-se a delegar dinheiro para juntas e depois poderia não ser bem investido na população local. -----

-----A senhora *Lisete Cabral*, presidente da Junta de Freguesia de Fornos de Maceira Dão, esclareceu que estes protocolos abarcavam determinados tipos de obras e as respetivas verbas só seriam transferidas para as juntas de freguesias após justificação dos montantes gastos, ou seja, primeiro havia que gastar o dinheiro para depois o receberem. -----

----- O senhor *Filipe Pais* disse ao senhor *Serafim Tavares* que um Orçamento era previsional e que a definição jurídica de um orçamento público residia numa autorização de despesa. -----

-----O senhor *Marco Almeida*, presidente da União de Freguesia de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, informou que os presidentes de junta de freguesia eram obrigados a apresentar relatórios sobre as suas atividades e trabalhavam em prol das suas comunidades, sendo fiscalizados pelas assembleias de freguesia. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A questão que o senhor Miguel Sousa colocou pôs em causa a honestidade dos presidentes de junta de freguesia que foram eleitos, aos seus membros e aos membros das assembleias de freguesia. -----

-----O senhor *Miguel Sousa* disse trabalhar no privado e estar habituado a trabalhar com auditorias externas, pelo que não estava a por em causa o trabalho de ninguém, era uma questão de ter um parecer externo para ajudar a melhorar o serviço. -----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com as abstenções do P.S.D. e da C.D.U., dar autorização à Câmara Municipal de Mangualde para celebração dos contratos bem como aprovar os protocolos a celebrar entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal de Mangualde. -----

-----*Ponto Décimo-Quarto da Ordem do Dia* “**Listagem de Compromissos Plurianuais assumidos pela Câmara Municipal de Mangualde, no período de 15 de setembro de 2017 a 12 de dezembro de 2017, ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal de Mangualde, de 22 de dezembro de 2016, nos termos do art.º 6º, n.º 1, al. c), da Lei n.º 8/2012, de 21/2**” – conhecimento. -----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

-----A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, a senhora presidente da Assembleia Municipal propôs que a presente ata fosse imediatamente aprovada sob a forma de simples minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. Esta proposta foi aceite e a minuta da ata foi aprovada, por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa. -----

-----Em seguida, quando eram vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte de dezembro, a senhora presidente da Assembleia Municipal deu por terminados os trabalhos desta sessão, encerrando-a. -----

-----Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -



Fls.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O/A Presidente,

O/A 1^ª. Secretário/a,

O/A 2^ª. Secretário/a,
